



PROCESSO N° : 2015 3100 00643
UNIDADE GESTORA : 310100 – Secretaria da Segurança Pública -
SSP
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2014
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 045/2015

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Secretaria da Segurança Pública - SSP, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 2.595/2005.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9° da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária e financeira são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2014**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários e financeiros alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, à fl. 123, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra **déficit** orçamentário de **1,41%**, que se justifica pela existência de saldo de caixa do exercício anterior, no valor de **R\$ 10.612.754,29** e restos a pagar inscritos no valor de **R\$ 4.025.043.05**.

3.2 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **99,49%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	226.226.649,00	224.271.095,79	99,14
Despesa de Capital	17.033.042,00	5.626.178,16	33,03
TOTAL	243.259.691,00	229.897.273,95	94.51

Fonte: Anexo 02



FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
0100-Recurso Ordinário	224.475.130,00	222.474.891,38	100
0223-Recurso de Conv. Iniciativa Privada	312.000,00	63.396,00	20,32
0225-Recurso de Conv. Órgãos Federais	12.665.706,00	6.842.071,24	54,02
0227-Cota Conv.DETRAN/Polícia Militar	200.469,00	0,00	0,00
4219-Operações de Créditos Internas.	1.606.386,00	516.915,33	32,18
4221-Operações Créd. Vinculada-PIRMC	6.000.000,00	0,0	0,0
TOTAL	243.259.691,00	229.897.273,95	94.51

Fonte: Anexo 11/Fonte

3.3 As alterações no orçamento inicial refletem uma redução de **5,16%**, o que se justificou pela necessidade de suplementação de outros órgãos, conforme informado pelo órgão à fl. 38.

3.4 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 2.926.690,91**, somada à receita extra orçamentária no valor de **R\$ 249.281.820,29**, às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 223.733.175,83** e ao saldo financeiro remanescente, no valor de **R\$ 10.612.754,29**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 229.897.273,95**, extra orçamentárias no valor de **R\$ 249.111.794,00**, restando saldo de **R\$ 7.545.373,37** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 125.

3.5 O Balanço Patrimonial, às fls. 130, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.5.1 O Ativo Financeiro é maior que o Passivo Financeiro em **80,69%** indicando que estão sob controle os gastos e a capacidade de endividamento

3.5.2 O Ativo Permanente foi de **R\$ 33.916.732,42**, composto pelos bens móveis, imóveis, suprimento de fundos e almoxarifado, não tendo sido constituído Passivo Permanente (Dívida Fundada).

3.5.3 O Ativo Real Líquido teve redução de **99,38%** em relação ao exercício anterior, devido à diminuição das disponibilidades financeiras e aumento das dívidas de curto prazo no período.

3.5.4 Os bens patrimoniais estão registrados pela contabilidade no valor de **R\$ 33.650.382,50**, sendo que **R\$ 13.422.784,68** são de bens imóveis, **R\$ 8.423.080,46** são de bens móveis, **R\$ 11.162.630,23** são bens imóveis a cadastrar, **R\$ 641.887,13** são bens em processo de localização e **R\$ 98.916,54** de depreciação acumulada. Houve no exercício valores de incorporações de bens imóveis no valor de **R\$ 213.210,98**, incorporação de bens móveis **R\$ 769.854,72**, desvalorização de bens móveis na ordem de **R\$ 150.415,57**, e baixa de bens móveis no montante de **R\$ 390.878,80**, havendo divergências entre os Sistemas SIAFEM e SISPAT, devidamente justificada às fls. 387 a 397.


 2



3.5.4.1 Os bens móveis de terceiros estão registrados pela contabilidade no valor de **R\$ 30.749.894,22**, deste valor **R\$ 29.726.338,96** são de bens móveis, **R\$ 1.023.555,26** são bens móveis de terceiros em processo de localização e **R\$ 252,55** são bens de terceiros não localizados.

3.5.5 A conta contábil "Almoxarifado" apresenta saldo no valor de **R\$ 306.360,96**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 409 a 431.

3.5 A conta "Disponível" registra saldo no valor total de **R\$ 7.545.373,37**, que confere com o balancete, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:

- a) Banco conta movimento **R\$ 2.071.562,35**
 - 1- **R\$ 6.119,10** na Conta Única do Tesouro Estadual
 - 2 - **R\$ 2.071.562,35** nas contas bancárias específicas
- b) Poupança - **R\$ 5.467.691,92**

3.6 As contas do passivo circulante totalizam um saldo de **R\$ 41.444.667,75**, correspondentes às inscrições em consignações e encargos sociais, outros credores, restos a pagar e valores não reclamados, entretanto, não está devidamente conciliada com o Demonstrativo da Dívida Flutuante à fl. 134, em razão de não ter sido registrado o valor de **R\$ R\$ 37.186.587,48**, referente a outras obrigações.

3.7 O Demonstrativo do Ativo Realizável evidencia um saldo no valor de **R\$ 148.611,16**, às fls. 146, referentes a outros devedores identificados parcialmente pela contabilidade.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referente a Secretaria da Segurança Pública foram acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado por meio da utilização das técnicas de Controle Interno e com base nos Planos de Ação elaborados a partir do Planejamento Estratégico e da Matriz de Risco construída considerando critérios de materialidade, relevância e criticidade/vulnerabilidade.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização nos processos encaminhados à Controladoria Geral do Estado com base na IN CGE nº 001/2013, foi possível identificar falhas e indicar recomendações que passaram a ser observada pelo órgão em análise.

4.2 Com a aplicação da técnica de inspeção nos procedimentos de dispensa de licitação, despesas dos exercícios anteriores e execução das ações prioritárias do PPA de acordo com o Plano de Ação, verificou-se necessidade de melhoria nos procedimentos, em especial o planejamento das atividades e aquisições necessárias ao cumprimento de metas.

3



4.3 Ressalta-se, ainda, que além das atividades previstas no Plano de Ação, essa Controladoria, acompanhou por meio de sistema próprio, a execução do Plano Plurianual e do Orçamento, indicando adequações para a correta demonstração dos resultados, bem como adoção de medidas para o efetivo alcance das metas e objetivos previstos.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado realizou Auditoria de Regularidade na Secretaria da Segurança Pública no exercício em análise, conforme informado pelo órgão.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado por meio do Relatório de Gestão às fls. **31 a 85**, exigido pela já citada IN nº 006/2003 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a Secretaria da Segurança Pública - SSP, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.816/2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos nos Programas Temáticos 1020 – Segurança e Proteção ao Cidadão e 1034 - Governo e Cidadão, e com suporte nas ações do Programa 1074 - Gestão e Manutenção da Secretaria da Segurança Pública.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas físicas, cujo desempenho no exercício em análise, demonstra que 02 (duas) evidenciaram um excelente grau de eficiência em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, em contrapartida a 01 (uma) que não obteve nenhuma execução, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, **às fls. 44 a 46**.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 04 (quatro) indicadores, que evidenciam um nível satisfatório para o órgão, mencionados, **às fls. 47 a 50**.

6.1.2 Em relação à avaliação das 07 (sete) iniciativas vinculadas aos objetivos, percebe-se um bom desempenho, especificado nos relatórios, **às fls. 51 a 57**.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas 14 (quatorze) ações orçamentárias, sendo 08 (oito) de natureza atividade e 06 (seis) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um bom grau de eficiência, apesar da não realização física de 02 (duas) e financeira de 01 (uma) delas, respectivamente.



6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de 05 (cinco) ações orçamentárias de natureza atividade, demonstram que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de **85,20%** de execução no Programa de Gestão e Manutenção da Pasta.

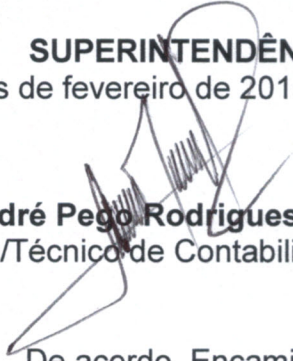
6.1.3.1 Vale ressaltar, que apesar do considerável desempenho orçamentário-financeiro das ações de gestão, 01 (uma) destas ações apresentou índice de produtividade em torno de **33,33%**, explicitando um razoável grau de eficiência, **às fls. 74.**

6.1.4 Houve recebimento de recursos federais no exercício na ordem de **R\$ 1.988.368,73**, conforme demonstrado no Anexo 10, às **fls. 113**, não houve transferência de recursos, conforme demonstrado no Anexo 2, às **fls. 110.**

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 502 a 509**, um quantitativo de **2.162** servidores ativos, sendo que **51** servidores foram admitidos no exercício de 2014 por meio de concurso.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **José Eliú de Andrada Jurubeba, João Fonseca Coelho, Eduardo Márcio Batalha Macedo, Evaristo Ferreira da Silva** e outros relacionados neste processo às fls. 07 a 08, **COM RESSALVAS** ao item 3.6 deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2015.


André Pego Rodrigues
Analista/Técnico de Contabilidade


Kelsene Ramos Alencar
Analista/Economista

De acordo. Encaminhe-se ao Senhor Superintendente .


SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Ações de Controle Interno